

Porto Alegre do Norte/MT, 14 de fevereiro de 2022,

Venho através deste, solicitar a Câmara de Vereadores de Porto Alegre do Norte MT, uma investigação do caso em questão, afim de esclarecimento do caso do terreno para implantação do Frigorífico de Frango em nosso município, por se tratar de interesse de toda população porto-alegrense.

Sou produtor rural em Porto Alegre do Norte e estamos a um bom tempo aguardando a prefeitura liberar um terreno pra ser feito um frigorífico de aves...nós vamos criar as aves e a empresa dona do frigorífico vai comprar as aves e vender na região mesmo, abastecendo os mercados.

Foi feito uma reunião com os vereadores e com o prefeito e depois de tudo explicado eles resolveram doar um terreno através de licitação pra empresa do ramo de frigorífico, só que agora eles pegaram o terreno e vão fazer uma licitação onde qualquer um que tenha empresa pode participar.

O boato que tá correndo é que o prefeito tem ciúmes do dono da empresa que ia fazer o frigorífico e cresceu o olho no terreno que ia ser doado porque ele intermediou a venda do terreno do lado pra uma empresa e agora essa empresa tbem quer o terreno.

O prefeito criou uma licitação sabendo que a empresa do lado, a mesma que ele vendeu o terreno, tem mais funcionários que a outra e mais coisas tbem.

Parece que fez tudo direcionado pra essa empresa ganhar porque ele já tinha nas mãos todas as informações da empresa que ia fazer o frigorífico, tais como quantidade de funcionários, tamanho da construção e outras coisas que daí acaba dando a vitória pra essa empresa.

A empresa que ia fazer o frigorífico disse que não vai nem participar disso, porque isso é ridículo e estamos achando que é tudo carta marcada e por isso gostaríamos que providências fossem tomadas, no sentido de investigar a fundo esse processo licitatório para fim de esclarecimento para população, e se caso constatado irregularidades solicitamos a possibilidade de suspensão imediata do processo em questão.

RECEBIDO
CÂMARA MUNICIPAL

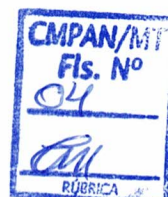
15 FEV. 2022

Câmara Moraes Larias
ASSINATURA
antidona



Elton da Costa

CPF: 570.094.731-53



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDO MENDES DE PAIVA

P.L. 64

POLEGAR DIREITO

Assinatura do Titular: *Elton da Costa*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: ELTON DA COSTA

Nº de Inscrição: 570094731-53

Data do Nascimento: 12/09/75

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 996 909

DATA DE EXPEDIÇÃO: 09.02.93

NOME: ELTON DA COSTA

FILIAÇÃO: José Antonio da Costa

NATURALIDADE: Celina Alberta da Costa

Cert. Nasc. Nº 163126, Liv. A-137, Fls. 122-Goianira-GO

DOC. ORIGEM: 570094731-53

DATA DE NASCIMENTO: 12.09.75

MARINA CASSEMINA BASTOS ARRUDA
DIRETORA DO INST. IDENT. CIVIL E CRIMINAL

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura: *Elton da Costa*

ELTON DA COSTA

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 07/12/99

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

MT

NOME
ELTON DA COSTA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
996909 SSP MT

CPF
570.094.731-53

DATA NASCIMENTO
12/09/1975

FILIAÇÃO
JOSE ANTONIO DA COSTA

CELINA ALBERTA DA COSTA

PERMISSÃO
ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
03011402778

VALIDADE
08/01/2023

1ª HABILITAÇÃO
27/08/2003

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
CONFRESA, MT

DATA EMISSÃO
11/01/2018

Fernando Martin Lopes
Diretor de Habilitação - Cetrans/MT

ASSINATURA DO EMISSOR

81292603017
MT633260169

MATO GROSSO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1562450854

PROIBIDO PLASTIFICAR
1562450854

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA

NOME DO ELEITOR
ELTON DA COSTA

DATA DE NASCIMENTO
12/09/1975

Nº INSCRIÇÃO
0175 7713 1864

D.V.
028

ZONA
0081

SEÇÃO

MUNICÍPIO / UF
PORTO ALEGRE DO NORTE/MT

DATA DE EMISSÃO
21/08/2019

JUIZ ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o(a) eleitor(a) abaixo qualificado(a) está QUITE com a Justiça Eleitoral na presente data .

Eleitor(a): **ELTON DA COSTA**

Inscrição: **0175 7713 1864**

Zona: 028 Seção: 0081

Município: 98850 - PORTO ALEGRE DO NORTE

UF: MT

Data de nascimento: 12/09/1975

Domicílio desde: 05/05/2004

Filiação: - CELINA ALBERTA DA COSTA
- JOSE ANTONIO DA COSTA

Ocupação declarada pelo(a) eleitor(a): VENDEDOR DE COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA

Certidão emitida às 11:18 em 17/02/2022

Res.-TSE nº 21.823/2004:

O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos.

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.



Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente.

Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br> ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

G5Q9.XKBL.ZW5D.AQTT



EDVANESSA CRISTINA DOS REIS
RUA ALAMEDA 02, 07 QDRA B LT 7 - JARDIM PORTO ALEGRE
PORTO ALEGRE DO NORTE / MT CEP: 78858000 (AO: 258)

CPF/CNPJ/RANI: 964.633.501-25



Grupo MTC - CONVENCIONAL BAAEAT/Subgrupo B1
Classe RESIDENCIAL/Subclasse RESIDENCIAL
Ligação BIFÁSICO
Roteiro 5-140 4-3749 TP Medidor 0000/494850



UNIDADE CONSUMIDORA (UC)
6/2292180-3

CADASTRE SUA FATURA EM DÉBITO AUTOMÁTICO UTILIZANDO O CÓDIGO: 00022921803



VALOR DA FATURA
R\$ 272,57



VENCIMENTO
15/02/2022



REFERÊNCIA
Fev / 2022



CONSUMO
237 kWh

8,46 kWh
MÉDIA DIÁRIA

SITUAÇÃO DE DÉBITOS

Sujeito a corte!
Reviso de vencimento
Seu fornecimento poderá ser suspenso
a partir de 23/02/22
Regularize seus débitos

FATURAS EM ATRASO

Janv/22 R\$267,17

CCI	Descrição	Quant	DESCRIPTIVO						
			Tarifa e Tributos	Valor Base Calc Total (R\$)	Alíq ICMS ICMS (R\$)	ICMS Base Calc (R\$)	PIS(R\$) PIS/Cotrib 0,6671% (R\$)	COFINS(R\$) COFINS 3,0729% (R\$)	
0601	Consumo em kWh	237	0,555430	202,75	202,75	17	34,46	168,27	1,12
0601	Adic. B Verreilha			42,11	42,11	17	7,16	34,94	0,23
	LANÇAMENTOS E SERVIÇOS								
0607	Contrib de Ilum Pub			18,97	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0904	JUROS DE MORA 12/2021			2,57	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0905	MULTA 12/2021			6,17	0,00	0	0,00	0,00	0,00

CCI Código de Classificação do Item	Tarifa s/ Tributos	0,683500	TOTAL	272,57	244,86	41,62	203,21	1,35	6,24
-------------------------------------	--------------------	----------	-------	--------	--------	-------	--------	------	------

RESERVADO AO FISCO

a4f9.fb7.af8a.e6f5.8146.40d2.6086.59b6

HISTÓRICO DE CONSUMO (kWh)

Fev/22	237
Jan/22	240
Dez/21	264
Nov/21	301
Out/21	92
Set/21	341
Ago/21	208
Jul/21	210
Jun/21	203
Maio/21	230
Abr/21	281

LEITURAS

Anterior 11/01/22	23926
Atual 08/02/22	24163
Consumo	237 kWh
Período	28 dias
Constante do medidor	1

PRÓXIMA LEITURA

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

Descrição	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/MT	60,40	22,16
Compra de Energia	102,89	37,75
Serviço de Transmissão	4,93	1,81
Encargos Setoriais	27,43	10,08
Impostos Diretos e Encargos	76,92	28,22
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	272,57	100,00

Formado por: Códigos de Serviços de Distribuição: 15 1500115840799





Nota Pública de Esclarecimento

O grupo empresarial 7SETE, por meio de seu Diretor, Ernando Cardoso, vem a público, por meio desta nota informar a população de Porto Alegre do Norte que não participará da LICITAÇÃO para doação de terreno aberta em DEZEMBRO/2021 pela Prefeitura Municipal pelos seguintes motivos:

No ano de 2020 a empresa decidiu desenvolver um projeto para agricultura familiar, projeto voltado para o desenvolvimento da cadeia produtiva de frango de corte e consequentemente do Município de Porto Alegre do Norte.

Para que o projeto saísse do papel, a empresa 7SETE não mediu esforços, seja pessoal ou financeiramente, tanto que:

- Já foi percorrido os municípios da região Araguaia de Mato Grosso levantando o potencial do mercado;
- Já foi realizado pesquisa de mercado da região por meio de empresa contratada;
- Fornecedores foram contatados para entendimento das necessidades do projeto;
- Empresa especializada foi contratada para desenvolver o projeto em si;
- Foi criado e estabelecido um cadastro de famílias interessadas em participar;
- Foram realizadas diversas reuniões com pequenos agricultores;
- Foram realizadas visitas em outras localidades onde já há indústrias nesse mesmo sentido;
- E como não poderia deixar de ser, foi envolvida a gestão Municipal nos diálogos através de diversas reuniões com membros da Prefeitura e da Câmara Municipal de Porto Alegre do Norte demonstrando o benefício que uma indústria desse ramo traria.

A 1ª conversa com os Gestores Públicos, se deu no dia 05 de março de 2021 na Câmara de Vereadores juntamente com Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Vereadores, Lideranças, representantes da agricultura familiar e imprensa, para apresentação do projeto;

Naquela oportunidade foi pleiteado a doação de um terreno próximo a empresa 7SETE para que o projeto saísse do papel e no dia 30 de março de 2021, a empresa protocolou na prefeitura juntamente com prefeito municipal um ofício solicitando uma área para construção de um frigorífico para abate de aves, já que o mesmo é necessário para a viabilidade do projeto que visa o ciclo completo da cadeia produtiva.

Na data de 19 de julho de 2021 por solicitação do Prefeito Municipal foi entregue e protocolado um pré-projeto contendo várias informações; número de empregos que seriam gerados, projeção financeira, custo de implantação e quantidade de famílias assistidas;

Dia 20 de outubro 2021 fomos contados pelo departamento jurídico da prefeitura solicitando informações referente ao projeto do Frigorífico ao qual foi prontamente atendido;

Diante de todo o exposto acima, a empresa 7SETE acreditava numa definição favorável por parte do Município no que concerne a doação do terreno, bastando para tanto, que fosse criada uma lei específica para tal.

No entanto, para total surpresa da empresa 7SETE, a prefeitura de posse de todos os dados, ao invés de ter sido feita a doação da área para a finalidade EXCLUSIVA de construção do frigorífico de aves, foi aberta uma licitação onde qualquer indústria, de qualquer ramo pode participar e isso não reflete o interesse do desenvolvimento do Município.

Para que o processo de licitação ocorresse de forma lícita em que qualquer empresa de qualquer ramo ou atividade pudesse participar, a prefeitura não deveria de hipótese alguma ter solicitado para 7SETE todos os dados do projeto antes da data marcada para abertura dos envelopes, dados esses que só seriam apresentados em envelope lacrado somente na data da sessão de licitação.

Sabe-se que é louvável a concorrência pública, todavia, essa concorrência deveria ser exclusivamente para o estabelecimento de indústria frigorífica para abate de aves que seriam criadas por pequenos agricultores, onde o dinheiro gerado permaneceria no Município implementando assim a agricultura familiar tão sonhada.

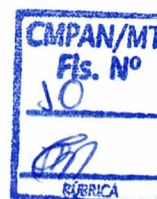
Da forma como foi criado o certame e considerando que todas as informações do projeto da empresa 7SETE já se tornou público, entendemos que a concorrência poderá ocorrer sem a devida lisura.

Por fim, reforçamos que mantemos nosso compromisso junto aos pequenos agricultores e que o projeto seguirá em andamento, agora com a busca de novos locais e mecanismos para a instalação do frigorífico e demais etapas na região.

O Grupo 7SETE reafirma ainda, por oportuno, que todo esse processo desenvolvido não tem qualquer intuito político e justamente por isso é que deixará de participar dessa concorrência ofertada pelo Município de Porto Alegre do Norte que, como já dito, fugiu totalmente do escopo inicial, que era a doação do terreno para uma empresa que construísse um frigorífico para abate de aves que seriam adquiridas dos pequenos agricultores da região, auxiliando assim no desenvolvimento da cadeia produtiva e na economia da região.

Ernando Cardoso
7Sete Agroindustrial

07 de fevereiro de 2.022





**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO
NORTE**

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.148.749/0001-79

www.portoalegredonorte.mt.leg.br

Porto Alegre do Norte-MT., 16 de fevereiro de 2022

Ofício nº.001/2022 – Ouvidoria da Câmara Municipal.

Ao Exmº.Srº.

Alex Gomes Ferreira

Presidente da Câmara Municipal de
Porto Alegre do Norte-MT

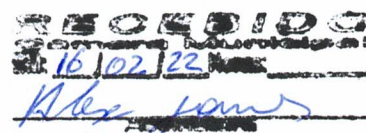
Senhor Presidente;

Por meio do presente encaminhado a V.Excia., cópia do Ofício nº.0001/2022 de 14 de fevereiro de 2022 e Nota Pública de Esclarecimento, para vosso conhecimento e providências cabíveis, encaminhado por um cidadão desta cidade, onde o mesmo solicita investigação e esclarecimento dos fatos descritos no mesmo. Informo ainda que esta ouvidoria se encontra a disposição para elucidação dos fatos.

Esperando estar cumprindo com o determinado pela lei, agradeço a atenção dispensada a este, e reitero protestos de estima e de apreço.

Atenciosamente,

Tânia Morais Farias
Tânia Morais Farias
Ouvidora





CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.148.749/0001-79

www.portoalegredonorte.mt.leg.br

Porto Alegre do Norte-MT., 16 de fevereiro de 2022

Ofício nº.014/2022 – GB-Presidência

Ao Ilmo. Srº.

Dr. Tiago da Silva Machado

Assessor Jurídico da Câmara Municipal de

Porto Alegre do Norte-MT

Senhor Assessor;

Por meio do presente encaminhamento a VSª, cópia dos seguintes documentos: Ofício nº.0001/2022 de 14 de fevereiro de 2022 em anexo Nota Pública de Esclarecimento, Ofício 001/2022 encaminhando o processo para a presidência, para vosso conhecimento e providências cabíveis, encaminhado por um cidadão desta cidade, onde o mesmo solicita investigação e esclarecimento dos fatos descritos no mesmo. Informo ainda que esta ouvidoria aguarda manifestação jurídica para continuidade e averiguação dos fatos.

É o que tenho para o momento, desde já agradeço a atenção dispensada a este.

Atenciosamente,


Alex Gomes Ferreira
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.148.749/0001-79

www.portoalegredonorte.mt.leg.br

PARECER JURÍDICO

Parecer Jurídico nº 008/2022.

Assunto: Denúncia Recebida pela Ouvidoria da Câmara Municipal de Porto Alegre do Norte/MT;

Requerente: Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre do Norte/MT.

I – DO RELATÓRIO

Trata-se de Denúncia apresentada a Ouvidoria da Câmara Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, a qual informa que há irregularidade quanto a doação de terreno pelo Executivo Municipal em favor de empresa particular, informando que há indícios de favorecimento pelo Gestor Municipal, solicitando que haja investigação a fundo sobre esse processo licitatório para fim de esclarecimento para a população e, se caso constatado irregularidades solicitamos a possibilidade de suspensão imediata do processo em questão.

É o relatório.

II – DO PARECER

Realizada a análise constante do expediente da Câmara Municipal e face ao posterior pedido do Presidente, para o esclarecimento jurídico pertinente a admissibilidade da presente denúncia que tramita junto a ouvidoria desta Casa de Leis.

Cuida-se de pedido de manifestação técnica desta Assessoria Jurídica, encaminhada pelo nobre Vereador Presidente Alex Gomes Ferreira, para emitir opinamento sobre a admissibilidade ou não de representação popular por alegada infração político-administrativa atribuída ao então Prefeito Daniel Rosa do Lago, com pedido de apuração de irregularidades.

Com efeito, consta que no dia 14 de fevereiro do corrente ano de 2022 o Sr. Elton da Costa protocolou junto a Casa Legislativa a mencionada representação, que foi recebida pela Ouvidoria.

Eleita, logo após, a Ouvidoria incumbida do opinamento inicial acerca da admissibilidade da denúncia (ou seja, incumbida de emitir parecer sobre “se a denúncia deverá ser transformada em acusação ou não”), vieram os autos encaminhados pelo nobre Vereador signatário da solicitação epigrafada, para prosseguimento conforme ofício 014/2022.

II.1 – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE: DA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA RECEBIMENTO DA DENÚNCIA:



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.148.749/0001-79

www.portoalegredonorte.mt.leg.br

Inicialmente, cumpre destacar, não cabe a esta Assessoria, pelo menos nesse momento, adentrar-se ao mérito da denúncia, e sim analisar seu aspecto formal e material, sob o que passamos a analisar, no seguinte aspecto.

II. II – DA ILEGITIMIDADE DO DENUNCIANTE: NÃO COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ELEITOR:

O Decreto-Lei 201/67, assim dispõe:

Art. 5º. O processo de cassação do mandato de Vereador, assim como de Prefeito Municipal e Vice-Prefeito, nos casos de infrações político-administrativas definidas na lei Federal (Decreto-Lei nº 201/67), obedecerá ao seguinte rito:

I - A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas. Se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação. Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quorum de julgamento. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não poderá integrar a Comissão processante. (grifamos)

Inicialmente, já se observa a primeira deficiência na Denúncia apresentada, pois o inciso I, supracitado, determina que a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor. Ou seja, a condição para recebimento da peça acusatória é que a denúncia seja realizado por um ELEITOR do município de Porto Alegre do Norte/MT quite com a justiça eleitoral.

Porém, em que pese a determinação legal da condição de Eleitor, o Denunciante, não apresentou e também não anexou o seu Título de Eleitor, quando do protocolo da Denúncia, os documentos que comprovassem ter o Denunciante votado nas eleições imediatamente anteriores como, p.ex, a Certidão de Quitação Eleitoral.

Dessa forma, pressupõe-se que mesmo sendo apresentado o Título de Eleitor, o referido documento não prova que o Denunciante se encontra na plena fruição do GOZO dos seus DIREITOS POLÍTICOS, não estando apto, portanto, ao regular exercício deste ato, na condição de eleitor.

Nesse sentido, a jurisprudência tem se posicionado, senão vejamos:

“VEREADOR – Mandado cassado pela Câmara – Denúncia oferecida por eleitor – Prova desta qualidade – Imputação genérica – Defesa tolhida –



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.148.749/0001-79

www.portoalegredonorte.mt.leg.br

Segurança concedida – Recurso provido. No oferecimento de denúncia, para cassação de mandato, com a inicial acusatória deverá o cidadão fazer a prova de que é eleitor e de que está evidentemente, no gozo de seus direitos políticos” (TJPR, AP. Civ. – MS – Rel. Mário Lopes, 5.11.80 – RT 550/160)

Dessa forma, Senhor Presidente e eminentes vereadores que compõem este parlamento, o Denunciante não logrou êxito em demonstrar ser eleitor e estar quite com a Justiça Eleitoral, motivo pelo qual não está legitimado a oferecer a denúncia escrita, ora sob análise.

Portanto, pelo fato de não ter anexado documento competente que comprove que está em pleno exercício de seus direitos políticos, e sequer ter apresentado o título de eleitor, não prova que sequer que é eleitor.

Como já observado anteriormente, para fazer prova de que é eleitor, ou seja, de sua cidadania, necessário se faz que o título tivesse sido juntado conjuntamente com a certidão emitida pelo Cartório Eleitoral competente, a qual certificasse que está em gozo de seus direitos políticos.

Desta feita, considerando não haver a possibilidade de prova pré-constituída que possa convalidar a ação do Denunciante, por ser o ato de natureza político-administrativa, não há como prover o recebimento da Denúncia para fins de ser julgada, em razão de estar em desacordo com um dos requisitos obrigatórios estabelecidos pela legislação competente, qual seja o da não apresentação do título de eleitor na circunscrição e certidão de quitação eleitoral.

Porto Alegre do Norte/MT, 16 de fevereiro de 2022.

Tiago da Silva Machado

OAB/MT 17.908



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO
NORTE**

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.148.749/0001-79

www.portoalegredonorte.mt.leg.br

Porto Alegre do Norte-MT., 16 de fevereiro de 2022

Ofício nº.003/2022 – Ouvidoria da Câmara Municipal.

Ao Ilmo.Srº.
Elton da Costa
Porto Alegre do Norte-MT

Prezado Senhor;

Por meio do presente a ouvidoria deste Poder Legislativo Municipal, vem apresentar nossos cumprimentos e ao mesmo tempo informar que com referencia ao Ofício nº.0001/2022 de vossa autoria, encaminhado a esta casa de Leis, informo que estamos tomando as medidas cabíveis e necessárias no sentido de tramitação de ordem, encaminhado ao Presidente da Câmara e ao Assessor Jurídico desta Casa. Tão logo tenhamos alguma posição mantemos o senhor informado da tramitação do seu Expediente.

Solicitamos ainda que V.Sa, encaminhe seus documentos pessoais para anexar ao processo, como Identidade, CPF, Titulo de Eleitor e comprovante de endereço.

É o que tenho para o momento, desde já agradeço a atenção dispensada a este.

Atenciosamente,

Tânia Morais Farias
Tânia Morais Farias
Ouvidora

RECEBI 16/02/2022





**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO
NORTE**

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.148.749/0001-79

www.portoalegredonorte.mt.leg.br

Porto Alegre do Norte-MT., 18 de fevereiro de 2022

Ofício nº.004/2022 – Ouvidoria da Câmara Municipal.

Ao Exmº.Srº.

Alex Gomes Ferreira

Presidente da Câmara Municipal de

Porto Alegre do Norte-MT

Senhor Presidente;

Por meio do presente encaminho a V.Excia., cópia do Processo referente a Denúncia do cidadão Elton Costa, encaminhado a esta Casa de leis e recebido por esta Ouvidoria na data de 15 de fevereiro de 2022, após conclusão da parte inicial da denúncia resultou em um processo contendo 16 páginas enumeradas e rubricadas, para vosso conhecimento e providências cabíveis.

Informo ainda que esta ouvidoria se encontra a disposição para o que se fizer necessário dentro das possibilidades e autonomia desta ouvidoria.

Esperando estar cumprindo com o papel desta ouvidoria, agradeço a atenção dispensada a este, e reitero protestos de estima e de apreço.

Atenciosamente,

Tânia Morais Farias
Tânia Morais Farias
Ouvidora

Recebido 18/02/2022

Alex Jansen





CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 03.148.749/0001-79
www.portoalegredonorte.mt.leg.br

Ofício nº 016/2022/GB/Presidência

Aos Ilmo. Srs. Vereadores da Câmara Municipal de Porto Alegre do Norte/MT

Senhores Vereadores,

Por meio do presente venho informar e dar conhecimento do Ofício nº 0001/2022 de 14 de fevereiro de 2022 em anexo com Nota Pública de Esclarecimento, encaminhando o processo para a Presidência, para conhecimento e providências cabíveis pelo Legislativo Municipal, o qual foi encaminhado por um cidadão desta cidade, onde o mesmo solicita investigação e esclarecimento dos fatos descritos no mesmo. Informo ainda que a ouvidoria realizou a juntada dos documentos bem como encaminhou o procedimento para a Presidência dar continuidade e andamento dos tramites do mesmo.

É o que tenho para o momento, desde já agradeço a atenção dispensada a este.

Atenciosamente,

Porto Alegre do Norte/MT, 16 de fevereiro de 2022.


Alex Gomes Ferreira
Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE


ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.148.749/0001-79

www.portoalegredonorte.mt.leg.br

Ciente vereadores:

Ofício nº 016/2022/GB/Pres.


Jeferson de Souza dos Santos
Vice-Presidente


Aldenor Lima da Silva
1º secretário

Diva Alves de Souza
2º secretário

Selio Ribeiro de Carvalho
Vereador - PP


Everson Marinho Guimarães
Vereador - MDB

João Rodrigues
Vereador - PDT


Jose Gildemar Luz Santana
Vereador - PSB


José Carlos Batista dos Santos
Vereador - PP